



INTRODUÇÃO



INTRODUÇÃO

Por definição constitucional, o Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana do Município. Sua premissa é o cumprimento da função social da propriedade urbana. Nesse sentido, serve como balizador para o processo de planejamento municipal, norteador das ações da iniciativa privada e articulador das ações públicas. É orientador do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), da Lei do Orçamento Anual (LOA) e de todos os programas, projetos e planos setoriais públicos.

Sua elaboração é decorrente de alguns institutos legais que o balizam.

O primeiro, é a Lei Federal nº. 10.257, de 10 de julho de 2001, denominada Estatuto da Cidade, que regulamenta os artigos 182 e 183, da Constituição Federal, estabelecendo diretrizes gerais para a política urbana. Cabe destaque para o Capítulo III – do Plano Diretor –, artigo 40, § 3º, que impõe a obrigatoriedade de revisão do plano diretor a cada dez anos.

O segundo aspecto, está relacionado aos mecanismos institucionais de financiamento do desenvolvimento urbano e à construção de políticas públicas no Paraná. O Plano Diretor (e sua revisão) está regulado pela Lei Estadual nº 15.229, de 25 de julho de 2006, que dispõe sobre normas para execução do sistema das diretrizes e bases do planejamento e desenvolvimento estadual, nos termos do art. 141, da Constituição Estadual e o respectivo Decreto Estadual nº 1.483, de 26 de setembro de 2007.

O terceiro, diz respeito à participação de Cambé na Região Metropolitana de Londrina, instituída pela Lei Complementar Estadual 81, de 17 de junho de 1998. Sobre essa matéria, é mister advertir que as Regiões Metropolitanas no Brasil estão sob a égide do Estatuto da Metrópole (Lei 13.089, de 12 de janeiro de 2015), que as obriga elaborar seu respectivo Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado até o ano de 2018. No momento, o governo do estado do Paraná está dando os primeiros passos para cumprir essa exigência legal e ainda não houve propostas a serem seguidas pela Revisão do Plano Diretor de Cambé.

O quarto aspecto, diz respeito à Lei Orgânica do Município, ao mencionar, no Capítulo VIII – da Política Urbana –, artigos 184 a 188, a relação direta do Plano e as políticas de desenvolvimento municipal. Na Lei Orgânica encontramos também uma série de normas sobre diversos campos da administração pública, entre elas, as que dizem respeito ao meio ambiente, recursos hídricos, desenvolvimento rural, transportes, participação popular, educação, cultura, esporte, lazer e gestão.

O quinto, trata da Lei Complementar nº 014/2008 - Plano Diretor de Desenvolvimento de Cambé, de 04 de junho de 2008, artigo 140, que obrigou a revisar o Plano de 2008 decorridos 10 anos de sua aprovação.



Além desses, há um conjunto de normas federais e estaduais, estabelecidas em leis infraconstitucionais que precisam ser observadas quando da revisão dos planos diretores municipais, especialmente as de saneamento, habitação, mobilidade e ambientais.

Atendendo aos imperativos da legislação, a presente Revisão do Plano Diretor Municipal de Cambé traz um conjunto de propostas que visam, de um lado, promover redefinições nas trajetórias das ações públicas no município; de outro, prevenir problemas e desencadear ações que indiquem cenários de desenvolvimento à sociedade. Com isso, a Revisão cria uma agenda de compromissos de políticas públicas articuladas entre si, no que diz respeito às questões ambiental, urbanísticas, econômica, social, jurídica, financeira, social e gestão democrática. Nesse universo, procura assegurar o acesso universal aos bens e serviços públicos, o gozo do direito à moradia, à terra urbanizada, à justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização.

De outra sorte, impõe o enfrentamento das questões relacionadas à gestão urbana, quer seja regulando a propriedade urbana – dando materialidade ao conceito da função social da cidade –, quer exigindo formas de participação da sociedade na gestão pública.

Em observância a esse preceito, a participação da comunidade na elaboração da Revisão foi assegurada mediante a participação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano de Cambé, com a criação da Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Diretor, realização de três audiências públicas e uma Conferência Municipal (realizada em 6 de julho de 2019) sobre a Revisão do Plano Diretor, conforme instrui as resoluções do Ministério das Cidades.

A organização, o conteúdo, a metodologia e os prazos de realização obedecem às normas ditadas pelo Poder Executivo municipal, no Termo de Referência. A Revisão do Plano Diretor teve início com a expedição da Ordem de Serviço datada de 17 de abril de 2017, endereçada à Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Estadual de Londrina (FAUEL), órgão executor do presente Plano. A coordenação dos trabalhos esteve a cargo dos arquitetos/urbanistas Nestor Razente e José Luiz Faraco.

Cabe destacar a participação da Equipe Técnica da Prefeitura Municipal de Cambé e da Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Diretor de Cambé. Seus esforços no sentido de levar adiante a missão maior que decorre da Lei foram fundamentais para o bom andamento dos trabalhos.



DO CONTEÚDO DO PLANO DIRETOR

Além das considerações acima elencadas, cabe destacar que o artigo 42, do Estatuto da Cidade, explicita exigências ao Plano Diretor. Ele deve conter, no mínimo:

I – A delimitação das áreas urbanas onde poderá ser aplicado o parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, considerando a existência de infraestrutura e demanda para a utilização na forma do artigo 5º da Lei;

II – Disposições requeridas pelos instrumentos: do Direito de Preempção, da Outorga Onerosa do Direito de Construir, da Outorga Onerosa da alteração do uso do solo, das Operações Urbanas Consorciadas e da Transferência do Direito de Construir.

III – sistema de acompanhamento e controle.

Ademais, os municípios que pretendam ampliar o seu perímetro urbano deverão elaborar projeto específico que contenham, no mínimo,

I - Demarcação do novo perímetro urbano;

II - Delimitação dos trechos com restrições à urbanização e dos trechos sujeitos a controle especial em função de ameaça de desastres naturais;

III - Definição de diretrizes específicas e de áreas que serão utilizadas para infraestrutura, sistema viário, equipamentos e instalações públicas, urbanas e sociais;

IV - Definição de parâmetros de parcelamento, uso e ocupação do solo, de modo a promover a diversidade de usos e contribuir para a geração de emprego e renda;

V - A previsão de áreas para habitação de interesse social por meio da demarcação de zonas especiais de interesse social e de outros instrumentos de política urbana, quando o uso habitacional for permitido;

VI - Definição de diretrizes e instrumentos específicos para proteção ambiental e do patrimônio histórico e cultural; e

VII - definição de mecanismos para garantir a justa distribuição dos ônus e benefícios decorrentes do processo de urbanização do território de expansão urbana e a recuperação para a coletividade da valorização imobiliária resultante da ação do poder público.

§ 1º O projeto específico de que trata o caput deste artigo deverá ser instituído por lei municipal e atender às diretrizes do plano diretor, quando houver.

§ 2º Quando o plano diretor contemplar as exigências estabelecidas no caput, o Município ficará dispensado da elaboração do projeto específico de que trata o caput deste artigo.

§ 3º A aprovação de projetos de parcelamento do solo no novo perímetro urbano ficará condicionada à existência do projeto específico e deverá obedecer às suas disposições.



A Constituição do Estado do Paraná, no artigo 152, explicitando a Política Urbana e a função social da propriedade urbana, expressa as exigências de ordenação da cidade e explicita os critérios para que se cumpra a função social da propriedade urbana. No parágrafo primeiro pode-se encontrar o conteúdo básico do Plano Diretor:

- I – Normas relativas ao desenvolvimento urbano;
- II – Políticas de orientação da formulação de planos setoriais;
- III – Critérios de parcelamento, uso e ocupação do solo, prevendo áreas para moradias populares, com garantias de acesso aos locais de trabalho, serviço e lazer;
- IV – Proteção ambiental;
- V – Ordenação de usos, atividades e funções de interesse zonal.

A Lei Estadual nº 15.229/2006, dispõe sobre a constituição mínima do Plano Diretor Municipal. Diz esse documento:

Art. 3º. Na elaboração, implementação e controle dos Planos Diretores Municipais os Municípios deverão observar as disposições do Estatuto da Cidade e deverão ser constituídos ao menos de:

I - Fundamentação do Plano Diretor Municipal contendo o reconhecimento, o diagnóstico e as diretrizes referentes à realidade do Município, nas dimensões ambientais, sócio-econômicas, sócio-espaciais, infra-estrutura e serviços públicos e aspectos institucionais, abrangendo áreas urbanas e rurais e a inserção do Município na região;

II - Diretrizes e proposições, com a abrangência conforme alínea anterior, estabelecendo uma política de desenvolvimento urbano/rural municipal e uma sistemática permanente de planejamento;

III - legislação básica constituída de leis do Plano Diretor Municipal, Perímetro Urbano, Parcelamento do Solo para fins Urbanos, Uso e Ocupação do Solo Urbano e Rural, Sistema Viário, Código de Obras, Código de Posturas e instrumentos instituídos pelo Estatuto da Cidade que sejam úteis ao Município;

IV - Plano de ação e investimentos, compatibilizados com as prioridades do Plano Diretor, com o estabelecimento de ações e investimentos compatibilizados com a capacidade de investimento do Município e incorporado nas Leis do Plano Plurianual – PPA. Diretrizes Orçamentárias – LDO e Orçamento Anual – LOA;

V - Sistema de acompanhamento e controle da implementação do Plano Diretor Municipal com a utilização de indicadores;

VI - Institucionalização de grupo técnico permanente, integrado à estrutura administrativa da Prefeitura Municipal.



METODOLOGIA

A presente Revisão do Plano Diretor Municipal está subdividida em 5 fases, consoante Termo de Referência fornecido pela Administração Municipal, a saber:

- **1º fase: Plano de Trabalho** – diz respeito ao planejamento das tarefas e atividades da Revisão do Plano;
- **2º fase: Avaliação Temática Integrada** – objetiva o levantamento, organização e análise de dados de maneira a subsidiar a definição dos principais eixos estratégicos que norteiam a construção do Plano. As análises elaboradas nesta fase permitem definir os objetivos e as metas do desenvolvimento municipal com horizonte temporal de 10 anos, os quais serão alcançados por ocasião da implementação do novo Plano Diretor Municipal;
- **3º fase: Diretrizes e Proposições** – Objetivam indicar os horizontes e as alternativas (espaciais, ambientais, socioeconômicas, administrativas e financeiras) de desenvolvimento do município;
- **4º fase: Minutas para a Legislação Básica e propostas para o aperfeiçoamento do processo de planejamento e gestão municipal** – visam dar sustentação legal ao Plano Diretor 2018, tornando-o obrigatório por força de lei. Também indicam as ações de planejamento e implementação;
- **5º fase: Plano de Ação e Investimentos** – indica as ações e investimentos para os próximos 5 anos, orientando a confecção das peças orçamentárias e a política urbana do município.

EXECUÇÃO DA PROPOSTA METODOLÓGICA

O processo de Revisão do Plano Diretor Municipal de Cambé (RPDMC) – ou Plano Diretor Municipal de Cambé 2018, segue a seguinte orientação metodológica:

1. **Leitura Técnica.** Executada pela Equipe Técnica Municipal sob a coordenação da Consultoria. Envolveu os seguintes aspectos: a inserção regional do município, os condicionantes ambientais, socioeconômicos, socioespaciais, infraestruturais, serviços públicos, institucionais e financeiros.
2. **Leitura Participativa/participação da sociedade organizada.** O processo de revisão do Plano Diretor-2018 contou com a participação dos seguintes agentes sociais:
 - A **Consultoria** contratada junto à Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Estadual de Londrina – FAUEL;



- A **Equipe Técnica Municipal**, formada por técnicos municipais;
- A **Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Diretor Municipal**, e representantes da população em geral, indicados na 1ª Audiência Pública;
- O **Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano**;
- A **população** em geral.

Essa leitura comunitária envolve seguintes atividades: levantamento, organização e mapeamento das demandas coletivas dos diferentes grupos sociais, tendo em vista as localidades urbanas e rurais do município. A leitura realiza-se por meio de reuniões setoriais, reuniões com o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, com a Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Diretor-2017 e com a Equipe Técnica Municipal, além das Audiências Públicas e da Conferência Municipal.



1 ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA



1.1 ASPECTOS REGIONAIS

HISTÓRICO

O Município de Cambé situa-se no Terceiro Planalto de Guarapuava, tem 496,692 km² e está a 650 metros do nível do mar. Sua população é estimada, em 2016, em 104.592 habitantes (IBGE/2016), apresentando, portanto, densidade demográfica de 207,67 hab./km².

Pertence à Mesorregião Norte Central Paranaense do estado do Paraná, Microrregião Londrina (IBGE/2008) e está inserido na Região Metropolitana de Londrina. Possui um único distrito rural, o distrito da Prata, mas o mesmo não tem moradores em área urbana.

A história da criação do município está ligada à comercialização da terra para o plantio do café, no início de 1930, atividade essa promovida pela Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), primeiramente de capital majoritariamente britânico, posteriormente, brasileiro, quando se tornou Companhia Melhoramento Norte do Paraná (CMNP).

O núcleo urbano, inicialmente denominado Nova Dantzig, começou em 1932 com a vinda de 10 famílias eslovacas. A seguir vieram italianos, espanhóis, alemães, portugueses, libaneses, japoneses e brasileiros, sobretudo, de Minas Gerais e São Paulo.

Em 9 de outubro de 1937, o então patrimônio de Nova Dantzig é elevado à categoria de distrito judiciário, por meio da Lei Estadual nº 191, deixando de ser patrimônio do município de Londrina para ter representação política própria.

O Decreto-Lei Estadual nº. 199, de 30 de outubro de 1943 (publicado no Diário Oficial de 13 de janeiro de 1944), alterou o nome do distrito de Nova Dantzig para Cambé.

Em 10 de outubro de 1947, a Lei Estadual nº 2, elevou o Distrito à categoria de município com o nome de Cambé, desmembrado de Londrina. A instalação do novo município deu-se em 11 de outubro do mesmo ano.

A Lei Estadual nº. 3005, de 22 de dezembro de 1956, descreveu as divisas entre os municípios de Cambé e Bela Vista do Paraíso, após a incorporação do distrito Prata, até então pertencente a Bela Vista do Paraíso. Com a Lei nº. 3005, a área do município passou de 213 km² para 496,9 km².

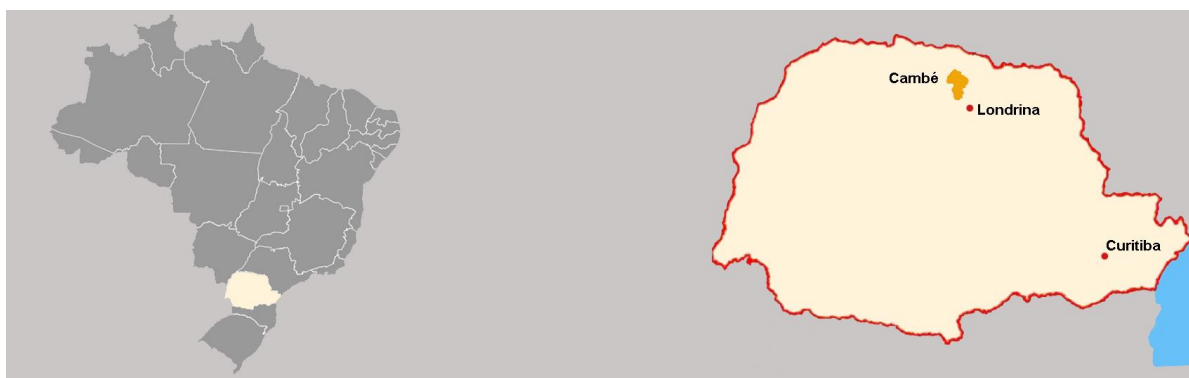
Cambé e região tiveram na agricultura a base de seu desenvolvimento econômico. O primeiro momento, que se estendeu até meados da década de 1970, foi apoiado na cultura cafeeira. No lugar da exuberante mata, grandes cafezais, oportunizando a formação de riquezas e trabalho para inúmeras famílias. O

segundo, diversificado, foi dominado pela pecuária e lavoura de curta duração (soja, trigo e milho).

Esse processo de substituição de culturas deu-se em todo o norte cafeeiro do Paraná gerando um forte movimento migratório campo-cidade motivando o crescimento de Cambé durante os anos 1970 e seguintes.

O terceiro momento, pode ser caracterizado pela explosão do setor secundário, principalmente a indústria de esmagamento de soja, produtos de plástico, metalúrgicas, bebidas. Um forte setor industrial foi organizado pelo Poder Público Municipal a partir de meados dos anos de 1960, fundamentalmente atraindo unidades industriais interessadas em instalar-se na região Norte do Paraná. A cidade passou a sediar centros atacadistas e grandes prestadores de serviço, geralmente às margens da rodovia estadual PR 445 e rodovia BR 369.

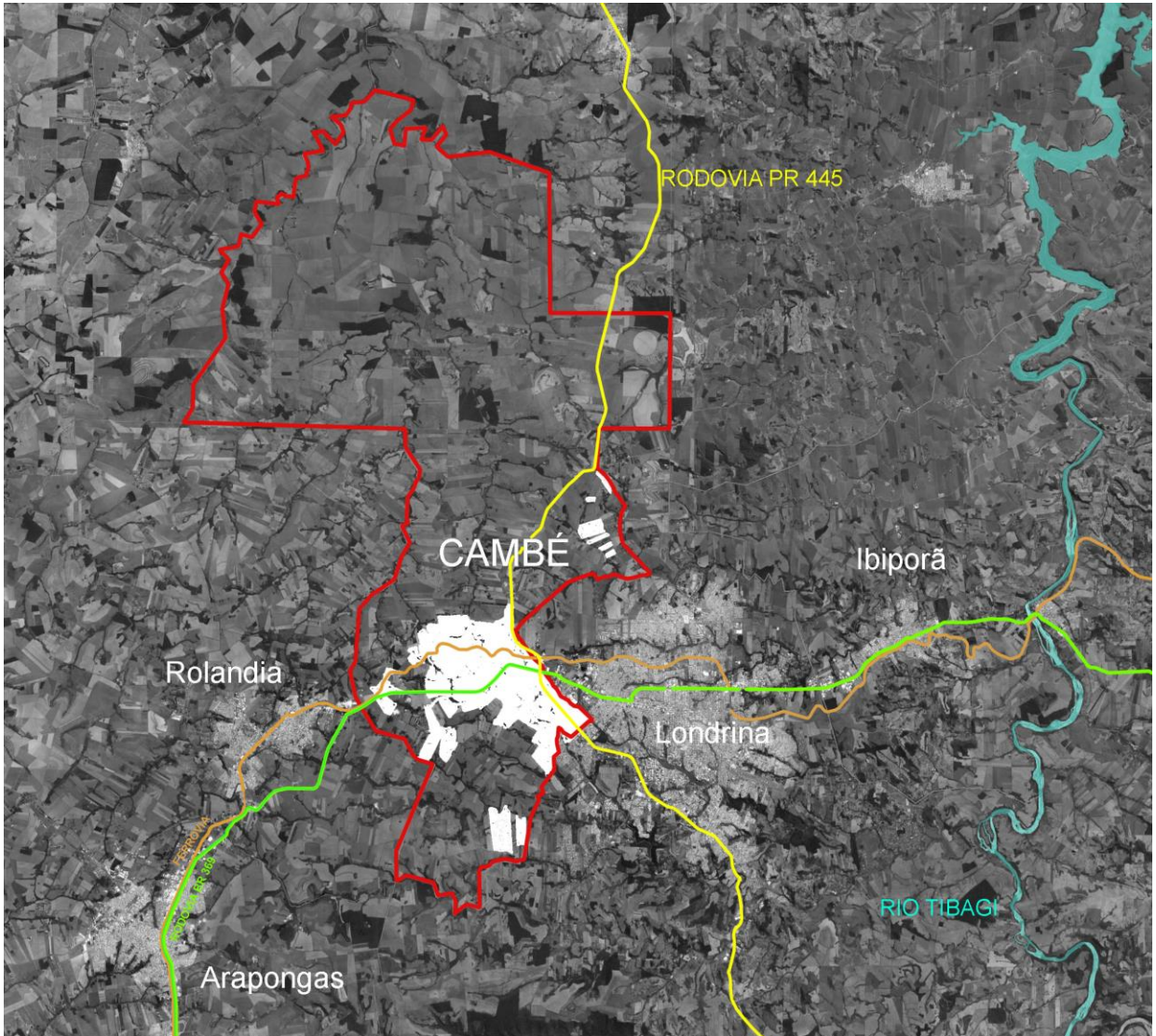
FIGURA AR 01. LOCALIZAÇÃO DE CAMBÉ



Com consequência do fortalecimento da economia urbana, gerando divisas ao poder público e empregos à população, e em razão da proximidade com a cidade de Londrina (10 km), Cambé se tornou destino para migrantes vindos do campo e de outras cidades menores, principalmente, do Norte do Paraná. A área urbana cresceu, especialmente no final da década de 1970, com oferta indiscriminada de lotes urbanos, sem infraestrutura e equipamentos públicos.

Ao longo das décadas seguintes, com recursos tomados de empréstimos junto a organismos do estado do Paraná, o município desenvolveu fortes investimentos para suprir a lacuna deixada pela urbanização dos anos 1960/70. Com a administração endividada por 30 anos, medidas corretivas em relação à urbanização foram tomadas, entre elas, a legislação urbana de parcelamento do solo e, posteriormente, os Planos Diretores, em 1995 e 2008.

FIGURA AR 02. MUNICÍPIO DE CAMBÉ



CARACTERIZAÇÃO REGIONAL

O Município de Cambé localiza-se na Mesorregião Geográfica Norte Central Paranaense, nas coordenadas geográficas: 23° 16' 33" Latitude Sul e 51°16' 42" Longitude Oeste, de Greenwich. Faz limites com Londrina, Sertanópolis, Bela Vista do Paraíso, Rolândia, Jaguapitã e Prado Ferreira.

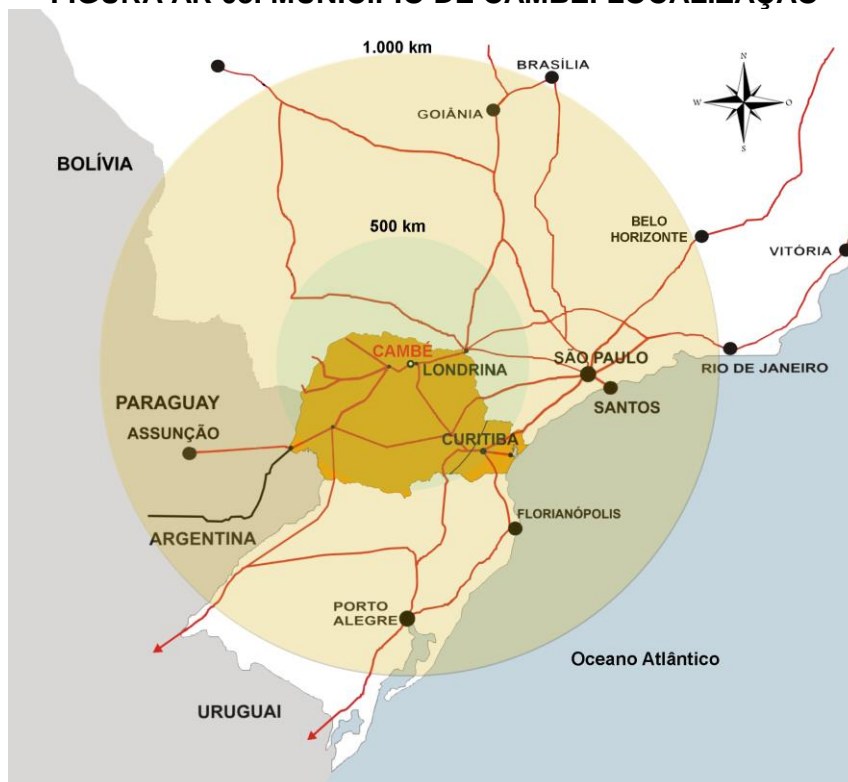
As distâncias da cidade aos principais centros urbanos da região e do estado do Paraná são: Londrina (14km), Maringá (100 km), Curitiba (393 km), São Paulo (560 km) e porto de Paranaguá (495 km).

De Cambé é possível, com facilidade, por vias terrestres pavimentadas, alcançar as principais localidades do estado do Paraná e restante do Brasil. O acesso ao município é feito por meio de duas rodovias:

a) a rodovia estadual PR 445, que cruza o município no sentido norte/sudeste, adentrando a área urbana, fazendo a ligação com o sul do estado de São Paulo e Curitiba/porto de Paranaguá.

b) a rodovia federal BR 369, que “corta” o município na direção leste-oeste, interligando Londrina e Maringá/Foz do Iguaçu. A partir da BR 369, pode-se conectar outras rodovias pavimentadas: PR 545, PR 170, PR 090 e PR 218, todas percorrendo sentido norte do Paraná.

FIGURA AR 03. MUNICÍPIO DE CAMBÉ. LOCALIZAÇÃO



Distante 11 km está o Aeroporto governador José Richa, em Londrina, com voos domésticos. É o quarto maior da Região Sul do Brasil. Londrina conta ainda com o Aeródromo 14 Bis, localizado no distrito da Warta, na Zona Norte de Londrina. A 100 km está o Aeroporto Silvio Name Junior (Maringá), também operando com voos domésticos.

Cambé tem porto seco ferroviário com *contêineres* para exportação, localizado na parte oeste do sítio urbano. Em Maringá há disponibilidade de usufruir da ferrovia e do porto seco Norte do Paraná, fazendo o desembarço de mercadorias para exportação. O porto possui terminal de cargas alfandegado com recepção de mercadorias em regime comum e admissão em regimes especiais, com serviço logístico diferenciado em postagem aduaneira – funcionando como um centro de distribuição. Por meio de serviço aduaneiro, mercadorias importadas podem ser nacionalizadas e distribuídas, pelo importador, diretamente aos compradores. Conta com toda logística de armazenagem, movimentação e distribuição de mercadoria.

Assim, a região em que está inserido o município possui boa infraestrutura de transporte, o que facilita a distribuição de seus produtos, bem como o recebimento de matérias-primas e outros insumos para produção.

FIGURA AR 04. CAMBÉ. SISTEMA FERROVIÁRIO



Mesorregião

Cambé está inserido na Mesorregião Norte Central Paranaense, composta por 79 municípios. Abrange 24.553,976 Km², o que corresponde a 12,28 % do território estadual. A densidade populacional (90,03 km²), em 2016, era superior à do estado do Paraná (56,25 hab./km²), inferior à da Microrregião de Londrina (226,6 hab./km²) e à do município de Cambé (207,67 hab./km²), segundo dados do IPARDES. Está subdividida em 8 microrregiões geográficas, a saber: Astorga, Porecatu, Florai, Maringá, Apucarana, Faxinal, Ivaiporã e de Londrina, onde Cambé está inserido.

FIGURA AR 06. MESORREGIÃO NORTE CENTRAL PARANAENSE



A Meso tem o segundo maior contingente populacional do Paraná, perdendo apenas para a Região Metropolitana de Curitiba. Sua participação na população *total* do Paraná aumentou de 19,1%, no período 1991-2000, para 19,5% (2.037.183 habitantes), entre 2000 e 2010, conforme dados do IBGE. Em 2016, o IBGE estimava em 2.210.574 habitantes o total da população da Mesorregião.

Entre períodos 1991-2000 e 2000-2010, a taxa de crescimento geométrico populacional total da Mesorregião saiu de 1,24% a.a. para 1,08% a.a. Por sua vez, os valores encontrados para a população total do Paraná são cada vez menores. Entre 1991 e 2000, a população total cresceu a 1,4% a.a. e, nos dez anos seguintes, a 0,89% a.a.

TABELA AR 01. MESORREGIÃO CENTRAL PARANAENSE, MICRORREGIÃO DE LONDRINA E MUNICÍPIO DE CAMBÉ. PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO CENSITÁRIA URBANA E RURAL NA POPULAÇÃO DO PARANÁ. – ANO: 2000

LOCALIDADE	POPULAÇÃO TOTAL	%	POPULAÇÃO URBANA	%	POPULAÇÃO RURAL	%
Estado do Paraná	9.563.458	100	7.786.084	100	1.777.374	100
Norte Central Paranaense	1.829.068	19,12	1.617.547	20,77	211.521	11,90
MRG de Londrina	638.945	6,68	605.462	7,77	33.483	1,88
Cambé	88.186	0,92	81.942	1,05	6.244	0,35

Fonte: IPARDES <http://www.ipardes.pr.gov.br/imp/index.php>

TABELA AR 02. MESORREGIÃO CENTRAL PARANAENSE, MICRORREGIÃO DE LONDRINA E MUNICÍPIO DE CAMBÉ. PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA E RURAL NO PARANÁ – ANO: 2010

LOCALIDADE	POPULAÇÃO TOTAL	%	POPULAÇÃO URBANA	%	POPULAÇÃO RURAL	%
Estado do Paraná	10.444.526	100	8.912.692	100	1.531.834	100
Norte Central Paranaense	2.037.183	19,5	1.866.574	20,9	170.609	11,1
MRG de Londrina	724.570	6,9	695.014	7,8	29.556	1,9
Cambé	96.733	0,92	92.952	1,0	3.781	0,2

Fonte: IPARDES <http://www.ipardes.pr.gov.br/imp/index.php>

No que se refere à população *urbana*, no retrato traçado pelo IBGE para o ano de 2010, a participação da Mesorregião Norte Central Paranaense, na população urbana do Paraná foi de 20,9%. Comparativamente ao Censo IBGE-2000, a participação da Mesorregião cresceu muito pouco: de 20,77% para 20,9%

No período 1991 a 2000 e entre 2000 e 2010, a taxa de crescimento da população urbana da Meso mostra queda de percentuais já que saiu de 2,18% a.a. para 1,44% a.a., embora a população urbana tenha crescido, entre 2000 e 2010, 249.027 habitantes urbanos (4,4%). Fenômeno semelhante – desaceleração do crescimento populacional *urbano* – comparece no Paraná cujas taxas geométricas baixaram de 2,59% a.a., no período 1991 a 2000, para 1,36% a.a. entre 2000 e 2010.

TABELA AR 03. PARANÁ, MESORREGIÃO CENTRAL PARANAENSE, MICRORREGIÃO DE LONDRINA E MUNICÍPIO DE CAMBÉ. TAXA DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO POPULACIONAL. PERÍODO 1991/2000 E 2000/2010

LOCALIDADE	ANO 1991/2000			ANO 2000/2010		
	% anual			% anual		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Estado do Paraná	1,40	2,59	-2,61	0,89	1,36	-1,48
Norte Central Paranaense	1,24	2,18	-4,00	1,08	1,44	-2,13
MRG de Londrina	1,84	2,18	-2,86	1,27	1,39	-1,24
Cambé	2,01	2,31	-1,31	0,93	1,27	-4,89

Fonte: IPARDES <http://www.ipardes.pr.gov.br/imp/index.php>

Em relação a população *rural* as mudanças na composição da população foram mais sensíveis. A Mesorregião Norte Central Paranaense perdeu 40.912 pessoas e sua participação na população rural do estado do Paraná, caiu de 11,9% para 11,1%, em 2010. A queda da população *rural* é um fenômeno que abarca o Paraná, a Mesorregião Central Paranaense, a Microrregião de Londrina e o município de Cambé. Todos eles cresceram a taxas negativas no período 2000 a 2010. Cabe destaque para o alto valor encontrado para Cambé (-4,89% a.a.) em 2010, muito acima dos valores nas demais divisões político-administrativas consideradas.

No período 1991 a 2000, esses percentuais também haviam sido negativos para todos os entes considerados. Todavia, em Cambé (-1,31% a.a.) foi muito inferior ao verificado na década posterior. Em 2000, o esvaziamento populacional *rural* se mostrou forte na Mesorregião onde apresentou taxa de crescimento negativo de -4% a.a.

A Taxa de Urbanização da Mesorregião é alta: 91,6%, acima da Taxa verificada pelo Paraná (85,3%). O fenômeno da urbanização entre os municípios da Mesorregião foi provocado pelas intensas mudanças pelas quais passou o Paraná após o apogeu da cafeicultura quando se verificou a introdução das culturas de curto prazo, altamente mecanizadas, produção de *commodities* e ampliação das áreas de pastagens. Isso levou a alterações importantes nas relações de trabalho, emprego e renda. O resultado foi a fuga da população rural para as cidades vizinhas e para fora do estado do Paraná, nas décadas de 1970/2000. E, pelos dados obtidos pelo IBGE,



o processo de urbanização ainda se faz presente, tanto no Paraná como na Mesorregião e Cambé.

A Mesorregião Norte Central Paranaense é composta por unidades geopolíticas de tamanhos variados.

Em 2010, somente quatro municípios tinham mais de 100 mil habitantes: Londrina (493.520 hab.), Maringá (350.653 hab.), Apucarana (114.098 hab.) e Araongas (101.851 hab.).

Depois desses, apenas 3 municípios tinham população acima de 50 mil habitantes, a saber: Cambé (96.733 hab.), Sarandi (82.847 hab.) e Rolândia (57.862 hab.). Nove municípios tinham mais de 20 mil habitantes: Ibiporã (48.198 hab.), Paiçandu (35.936 hab.), Mandaguari (32.658 hab.), Marialva (31.959 hab.), Ivaiporã (31.816 hab.), Nova Esperança (26.615 hab.) Astorga (24.698 hab.), Colorado (22.345 hab.) e Jandaia do Sul (20.269 hab.).

Dezessete municípios na faixa de 10 mil a 20 mil habitantes; 46 municípios abaixo de 10 mil habitantes, sendo 28 com menos de 5 mil habitantes. O menor município era Miraselva: apenas 1.862 habitantes.

Portanto, em 2010, do ponto de vista populacional, a Mesorregião em que Cambé está inserido é composta majoritariamente por pequenos municípios, embora apenas um município, Londrina, perfazia 24,8% da população dos demais.

Em 2016, os quatro maiores municípios continuaram a crescer, conforme projeções do IBGE: Londrina (506.701 hab.), Maringá (357.077 hab.), Apucarana (120.919 hab.) e Araongas (104.150 hab.). Nesse ano, Cambé já estaria nessa classificação, com população total de 104.592 habitantes.

Na Mesorregião estão os 2 maiores municípios polos regionais do interior do Paraná (Londrina e Maringá), ambos altamente urbanizados. Interligando esses dois polos estão a ferrovia da Rumo Logística (ex-América Latina Logística) e a rodovia federal BR 369, ambas estruturas paralelas e muito próximas. Dispostas nesse eixo rodoferroviário estão 12 cidades, muitas delas conurbadas, e que caracterizam o Eixo Norte do Paraná ou Eixo Metronor.

No plano dos municípios da Mesorregião há heterogeneidades no comportamento demográfico assim como no econômico. Alguns mostram altas taxas de urbanização (acima de 90%) enquanto outros se apresentam em transição demográfica para o urbano. Além disso, observa-se que a mobilidade populacional interna à Meso, forte durante os anos 1970/80, embora tenha perdido boa parte de sua energia, ainda se encontra presente, como se vê nas trocas intermunicipais no interior da própria mesorregião e demais mesorregiões do estado do Paraná.

FIGURA AR 07. MUNICÍPIOS DO PARANÁ. GRAU DE URBANIZAÇÃO. ANO: 2010

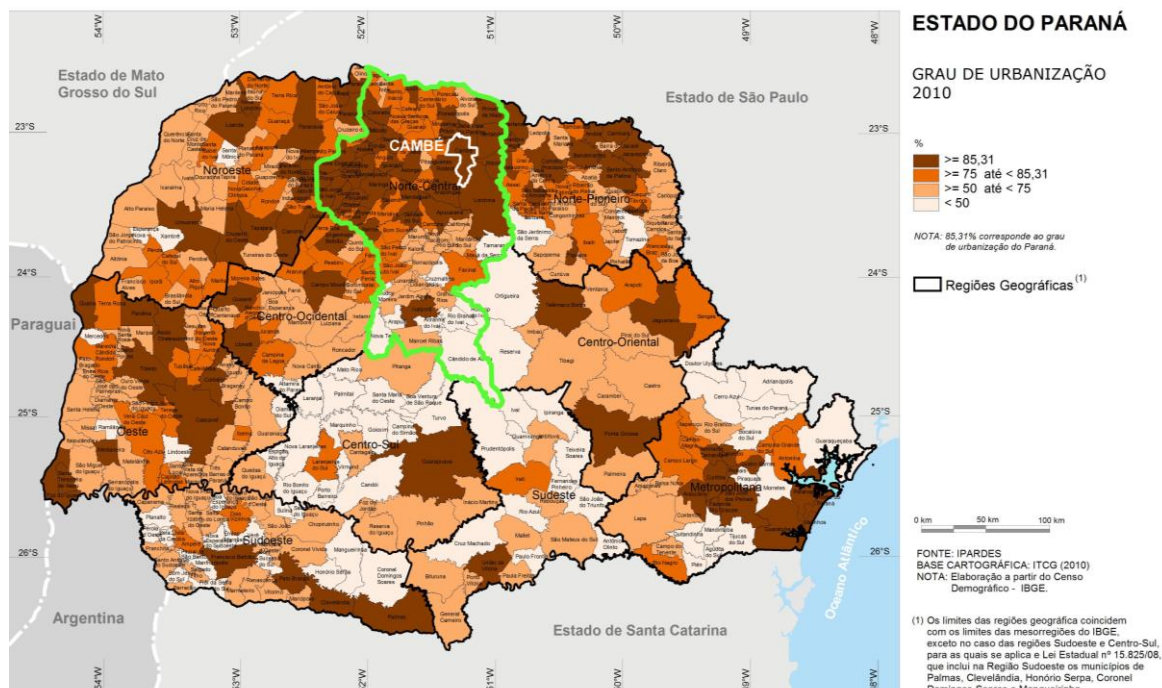


FIGURA AR 08. MUNICÍPIOS PARANAENSES, TAXAS GEOMÉTRICAS DE CRESCIMENTO ANUAL DA POPULAÇÃO URBANA, 2000-2010

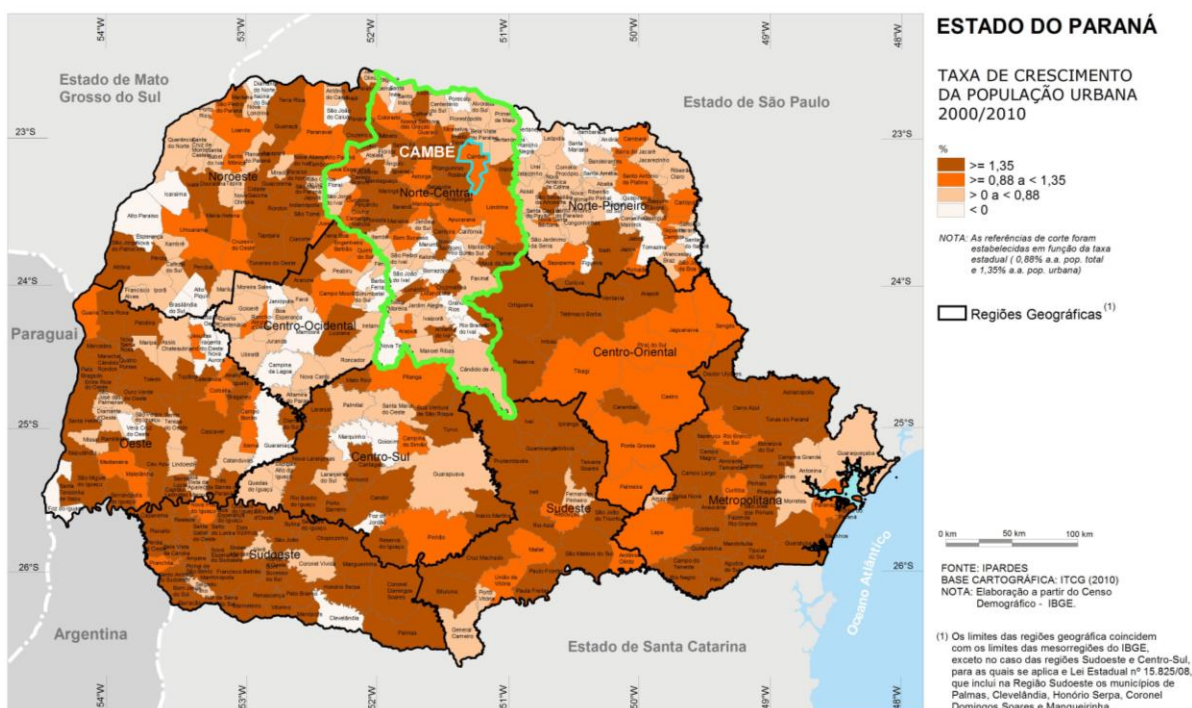
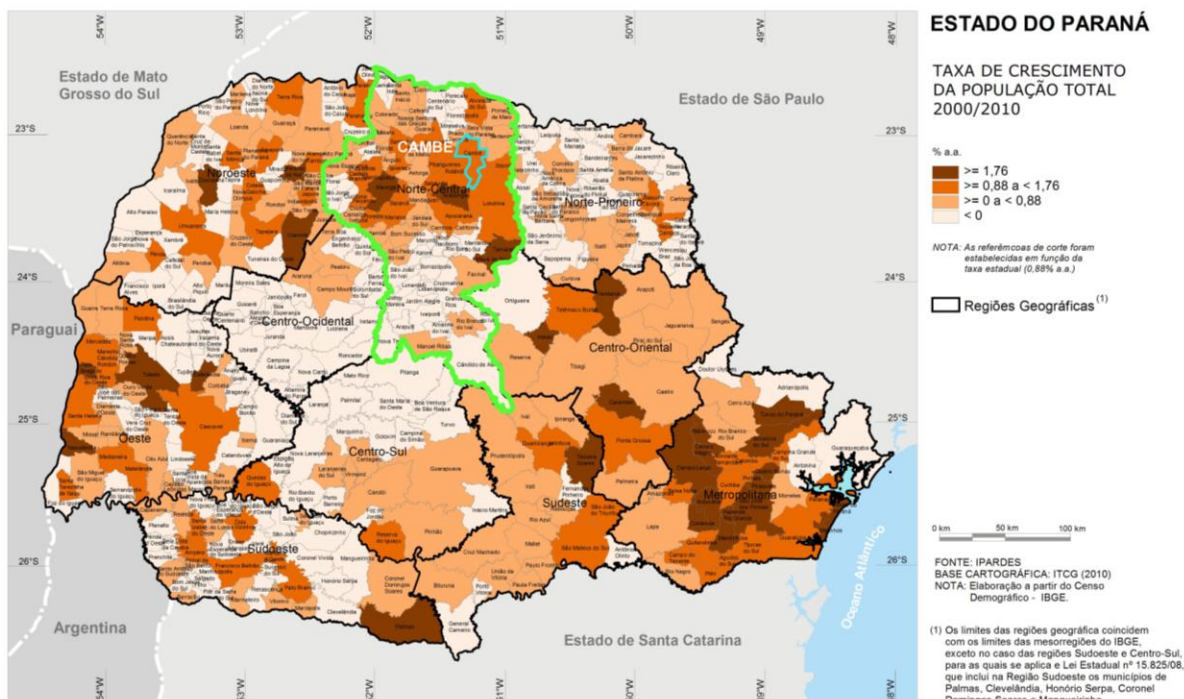


FIGURA AR 09. MUNICÍPIOS PARANAENSES. TAXAS GEOMÉTRICAS DE CRESCIMENTO ANUAL DA POPULAÇÃO TOTAL. 2000-2010



Do ponto de vista econômico, a Mesorregião Norte Central Paranaense, em 2016, participava com 16,2% do total do Valor Adicionado *Fiscal* (VAF) do Paraná. O total do V.A.F. da Mesorregião era composto por 43,6% do setor Terciário, 35% no setor Secundário e os restantes 21,4% provinham do setor Primário.

TABELA AR 04. PARANÁ, NORTE CENTRAL PARANAENSE, MICRORREGIÃO DE LONDRINA E CAMBÉ. VALOR DO ADICIONADO FISCAL - (R\$ 1.000,00). Ano: 2016

LOCALIDADE	2016	%
Estado do Paraná	263.023.017.475	100,0
Norte Central Paranaense	40.949.177.128	15,6
MRG de Londrina	14.618.600.393	5,6
Cambé	2.105.341.900	0,8

Fonte: IPARDES - <http://www.ipardes.pr.gov.br/imp/imp.php?page=tabela>

A Mesorregião Norte Central Paranaense teve enorme representatividade durante o auge da cafeicultura paranaense. Mas ao longo dos anos foi perdendo essa condição. Em 2015, o Valor Bruto da Produção Agropecuária da Meso representava 16,7% do Valor Bruto da Produção Agropecuária do estado do Paraná. Hoje, criação de aves e gado de corte e culturas agrícolas temporárias estão



fortemente presentes na Meso. Na agricultura, as culturas temporárias mais importantes são cana de açúcar, soja, trigo e milho. O destaque é a participação da cana de açúcar que representava, nessa data, 28% do produzido no Paraná (em toneladas). Soja (16%) e milho (17%) compunham as duas culturas mais significativas.

O setor Secundário da Mesorregião tem o segundo parque industrial do Paraná, e é formado pelos gêneros alimentação, têxtil, mobiliário, açúcar e álcool, agroquímicos, embalagens e equipamentos. Em 2015, a participação da indústria da Mesorregião no V.A.F. do setor Secundário do Paraná era de 13%.

É importante destacar, a forte presença do setor de Serviços, particularmente os serviços de apoio à atividade empresarial, bem como em serviços sociais, como saúde e educação. Trata-se de atividades fortemente concentradas nos dois polos regionais – Londrina e Maringá – e que confirmam a centralidade que exercem na região e fora dela.

Em termos de Produto Interno Bruto (PIB), em 2015, a participação da Mesorregião Norte Paranaense no Produto Interno Bruto (PIB)² do Paraná era de 7%.

Microrregião

A Microrregião de Londrina congrega 6 municípios³ e tem área de 3.377,994 km². O Censo de 2010 revelou 724.570 pessoas residindo na Micro, representando 6,9% da população do Paraná. Entre 2000 e 2010, sua população total cresceu 1,27% a.a., valor inferior à taxa verificada no período 1991 a 2000 que foi de 1,84% a.a.

No que se refere à população *urbana*, em 2010, havia 695.014 pessoas, cerca de 7,8% da população urbana paranaense. Na década 2000, havia crescido 1,39% a.a., valor abaixo do crescimento da Mesorregião a que pertence.

Quando, em 2010, o IBGE revelou seus números, a taxa de urbanização da Microrregião era de 95,9%, superior ao verificado no Paraná (85,3%) e, como visto, à da Mesorregião.

Nesse aspecto (taxa), somente 2 municípios (Tamarana e Pitangueiras) não ultrapassavam os valores verificados para o Estado. Londrina (97,4 %) era o município mais urbanizado da Micro, seguindo por Cambé (96,1 %) e Ibiporã (95,2 %).

Por sua vez, a Microrregião tinha, em 2010, somente 29.556 no campo, representando 1,9% da população rural do Paraná. Continuava perdendo população

² A preços de agosto de 2013, atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Fonte: IPARDES (2014).

³ Cambé, Londrina, Rolândia, Pitangueiras, Tamarana e Ibiporã.

como ocorria desde os anos 1970, já que o crescimento entre os anos 2000 e 2010 foi negativo (-1,24%). Com efeito, nesse aspecto, acompanhava a perda de população rural que havia na Mesorregião (-2,13%) e no Paraná (-1,48%), o que mostra que o fenômeno não era restrito aos municípios da Micro.

O movimento da população rural na Microrregião é de perda de população, todavia em valores cada vez menores. No primeiro período (1991-2000), a taxa de crescimento geométrico da população rural foi de -2,86% a.a. Deixaram a área rural da Microrregião de Londrina 3.927 pessoas.

Na Microrregião, conforme Censo IBGE de 2010, Londrina era o mais populoso. Dois municípios (Tamarana e Pitangueiras) estavam na faixa inferior a 10 mil habitantes. Cambé e Rolândia posicionavam-se acima dos 50 mil habitantes.

Pode-se dizer que, em termos de valor adicionado, em 2015, a economia da Microrregião é terciária, já que 55% do valor é originário nesse setor. É seguido pelo Secundário com 35,4%. O Terciário da Micro participava, nesse ano, com 9,1% do Valor Adicionado do Terciário paranaense. A participação da Microrregião de Londrina no Produto Interno Bruto (PIB) do Paraná era de 6,9%, e a de Cambé 0,95%. Aproximadamente, 13,7% do produto gerado na Microrregião provinha de Cambé, o que demonstra a importância regional do município.

TABELA AR 05. PARANÁ, MESORREGIÃO NORTE CENTRAL PARANAENSE, MICRORREGIÃO DE LONDRINA E MUNICÍPIO DE CAMBÉ. GRAU DE URBANIZAÇÃO. ANOS 2000 E 2010

LOCALIDADE	ANO 2000	ANO 2010
	%	%
Estado do Paraná	81,41	85,33
Norte Central Paranaense	88,44	91,63
MRG de Londrina	94,76	95,92
Cambé	92,92	96,09

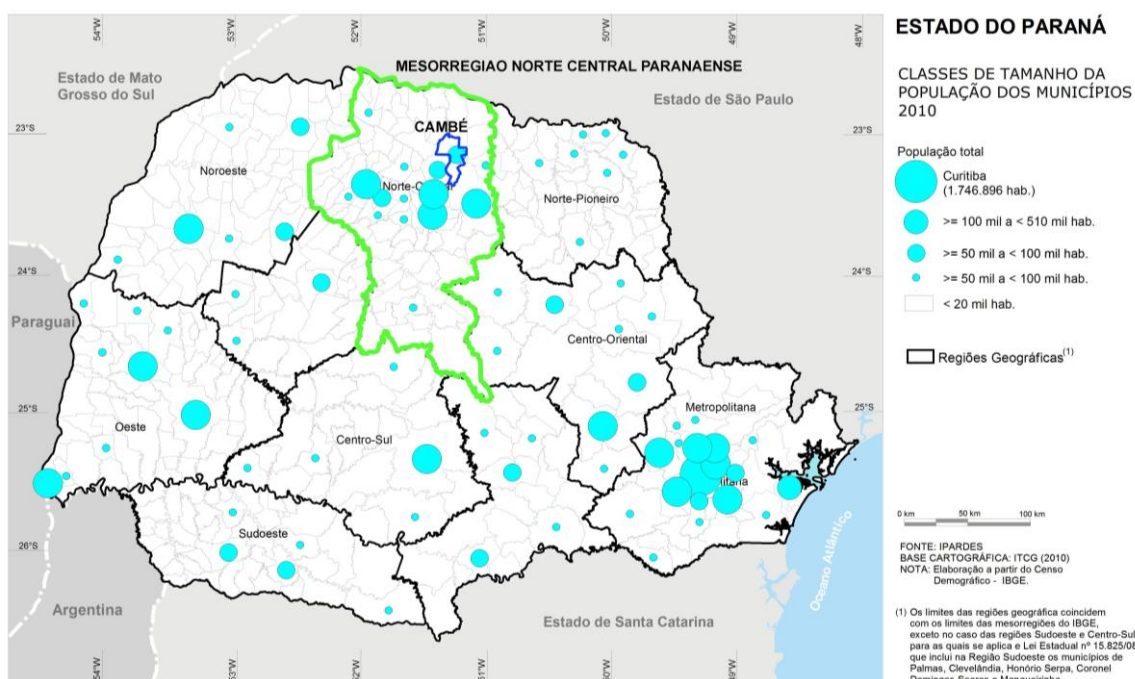
Fonte: IPARDES <http://www.ipardes.pr.gov.br/imp/index.php>

TABELA AR 06. PARANÁ, MESORREGIÃO NORTE CENTRAL PARANAENSE, MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE LONDRINA. POPULAÇÃO RESIDENTE, SEGUNDO LOCALIZAÇÃO. 2010

UNIDADE	POPULAÇÃO EM 2010 / LOCALIZAÇÃO					
	URBANA	%	RURAL	%	TOTAL	%
PARANÁ	8.912.692	85,3	1.531.834	14,7	10.444.526	100
Mesorregião	1.866.574	91,63	170.609	8,37	2.037.183	100
Microrregião	695.014	95,92	29.556	4,08	724.570	100
Cambé	92.952	96,09	3.781	3,91	96.733	100
Londrina	493.520	97,40	13.181	2,6	506.701	100
Ibiporã	45.895	95,22	2.303	4,78	48.198	100
Rolândia	54.749	94,62	3.113	5,38	57.862	100
Pitangueiras	2.040	72,49	774	27,51	2.814	100
Tamarana	5.858	47,77	6.404	52,23	12.262	100

Fonte: CENSO IBGE - 2010

FIGURA AR 10. MUNICÍPIOS DO PARANÁ. CLASSES DE TAMANHO DA POPULAÇÃO ANO: 2010



Cambé

Os números acima apontados evidenciam que o processo de esvaziamento do campo no Paraná, Meso e Microrregião ainda não perdeu seu ímpeto, embora tenha perdido um pouco de sua força. Em contraposição, nessas categorias político-

administrativas, a população total e a urbana apresentam crescimento continuado ao longo dos anos.

Em Cambé, verifica-se a mesma tendência. Entre 2000 e 2010, a população total sai de 88.186 habitantes para 96.733 hab., crescimento de 0,93% a.a. Na área urbana a taxa de crescimento foi maior: 1.27% a.a. Numa década, a cidade havia acrescido 11.010 habitantes.

Em contrapartida, em números absolutos, a população rural de Cambé diminuiu de 6.244 habitantes, no ano 2000, para 3.781 habitantes, em 2010, o que significou perda de 2.463 pessoas (-4,89% a.a.).

Esse valor absoluto representou 59,4% de toda a perda efetivada na Microrregião de Londrina. Com isso, grau de urbanização de Cambé, no período 2000-2010, subiu de 93% para 96%.

Em termos de Valor Adicionado Fiscal, em Cambé, no ano de 2016, o setor mais representativo é o Secundário, participando com 50,2% do V.A.F. do município, seguido pelo Terciário com 39,6% e o Primário com 10,2%.

A participação de Cambé no V.A. Fiscal Total do Paraná foi de 0,8%. A representatividade do V.A.F. do Primário do município no mesmo setor do Estado foi de 0,38%. No Secundário, esse percentual de representação do município foi de 0,95% do V.A.F. do Secundário do Paraná; e, no Terciário, no correspondente do Paraná, foi de 0,87%.

Ainda nesse ano (2016), a importância do município no contexto da Microrregião de Londrina foi expressiva, pois representou 14,4% no V.A. Fiscal Total da Micro, sendo 18,7% a participação do setor Primário de Cambé no Primário da Microrregião; 20,4% no setor Secundário e 10% no Terciário.

TABELA AR 07. PARANÁ, MESORREGIÃO NORTE CENTRAL PARANAENSE, MICRORREGIÃO DE LONDRINA E MUNICÍPIO DE CAMBÉ. VALOR ADICIONADO FISCAL. Valores em R\$ 1,0. ANO 2016

Valor Adicionado Fiscal	Estado do Paraná	Norte Central Paranaense	MRG de Londrina	Município de Cambé
Total	263.023.017.475	40.949.177.128	14.618.600.393	2.105.341.900
Produção Primária	55.959.107.533	8.450.417.926	1.159.263.085	216.430.173
Indústria	110.714.009.980	13.959.767.189	5.160.428.160	1.055.392.717
Comércio e em Serviços	95.101.229.095	18.291.902.205	8.295.537.386	833.304.507

Fonte: IPARDES <http://www.ipardes.pr.gov.br/imp/imp.php?page=tabela>

TABELA AR 08. PARANÁ, MESORREGIÃO NORTE CENTRAL PARANAENSE, MICRORREGIÃO DE LONDRINA E MUNICÍPIO DE CAMBÉ. PERCENTUAIS DO VALOR ADICIONADO FISCAL. Valores em %. ANO 2016

Valor Adicionado Fiscal	Estado do Paraná	Norte Central Paranaense	MRG de Londrina	Município de Cambé
Total	100 %	100%	100%	100%
Produção Primária	21,3	20,64	7,9	10,2
Indústria	42,1	34,09	35,3	50,2
Comércio e em Serviços	36,2	44,67	56,7	39,6
Recursos / Autos	0,4	0,6	0.1	

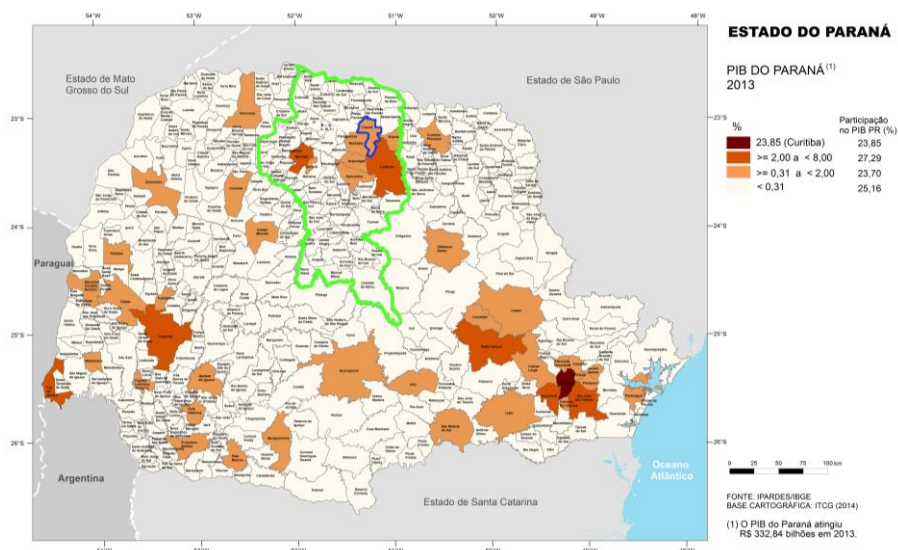
Fonte: IPARDES <http://www.ipardes.pr.gov.br/imp/imp.php?page=tabela>

Em relação ao PIB *per capita*, em 2015, com R\$ 34.100,00, Cambé situava-se como a terceira melhor posição entre os 6 municípios que compunham a Micro, inclusive acima da média paranaense. Ibiporã, com R\$ 49.693,00 é o primeiro colocado, muito acima da média do Paraná, Meso e Microrregião.

TABELA AR 09. MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE LONDRINA. POPULAÇÃO TOTAL E PIB PER CAPITA. ANO (2014)

MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO	PIB PER CAPITA (ano 2014) – R\$ 1,0
PARANÁ	33.769
Mesorregião	30.442
Microrregião	33.831
Cambé	34.100
Londrina	32.388
Ibiporã	49.693
Rolândia	36.241
Pitangueiras	23.155
Tamarana	20.233

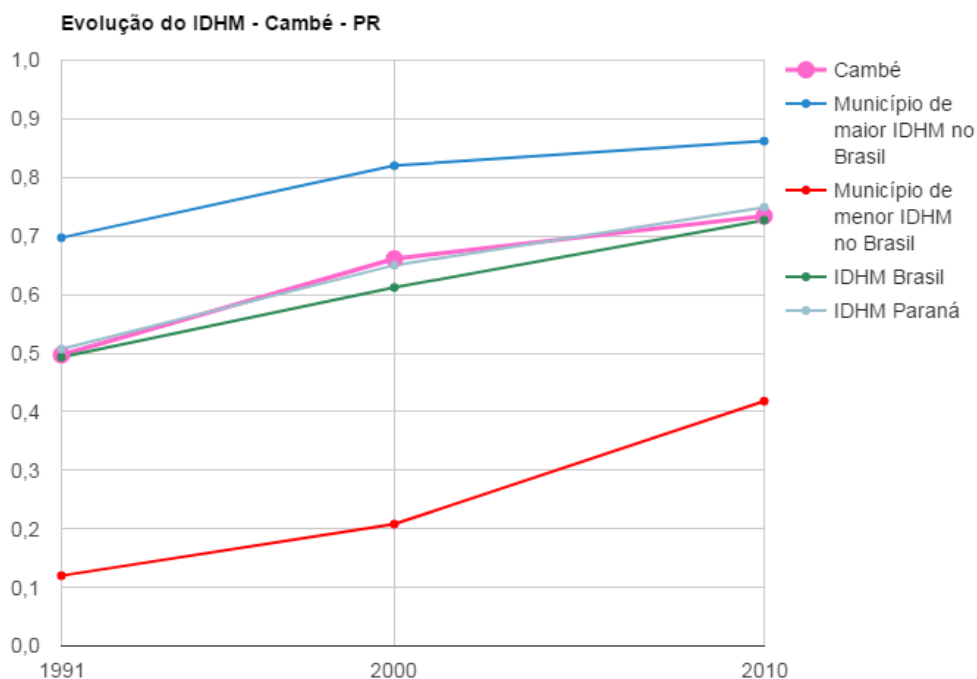
Fonte: IPARDES

FIGURA AR 11. PRODUTO INTERNO BRUTO DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM

Em 2010, o IDHM de Cambé (0,734) era inferior ao verificado no Paraná (0,749). Cabe destacar que, na Microrregião de Londrina, apenas Londrina (0,778) tinha valor superior ao do Paraná e somente o município de Tamarana estava abaixo de 0,70. A classificação do município de Cambé no Paraná era 71º, e, entre os mais de 5 mil municípios brasileiros, ocupava a 920ª posição. Na Região Metropolitana de Londrina, o índice de Cambé é suplantado por municípios como Arapongas, Londrina, Miraselva, Porecatu, Rolândia e Sabaudia.

Em linhas gerais, acompanhando o que ocorre no Brasil, no Paraná e na Microrregião de Londrina, o IDHM de Cambé tem mostrado melhoras ao longo do tempo. Ele passou de 0,661, em 2000, para 0,734, em 2010, crescimento de 11,04%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM de Cambé e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 78,47% entre 2000 e 2010. Nesse período, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi a Educação (crescimento de 0,113), seguida pela Renda e pela Longevidade (detém o valor mais expressivo: 0,840).

FIGURA AR 12. CAMBÉ. EVOLUÇÃO DO IDHM


Fonte: PNUD, Ipea e FJP

**TABELA AR 10. PARANÁ E CAMBÉ.
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL, SEGUNDO LONGEVIDADE,
EDUCAÇÃO E RENDA. ANOS DE 1991, 2000 E 2010**

ÍNDICE	PARANÁ			CAMBÉ		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
IDHM	0,507	0,65	0,749	0,497	0,661	0,734
IDHM - Longevidade	0,679	0,747	0,83	0,704	0,798	0,840
IDHM - Educação	0,298	0,522	0,668	0,287	0,538	0,651
IDHM - Renda	0,644	0,704	0,757	0,607	0,673	0,724

Fonte: IPARDES

TABELA AR 11. PARANÁ E MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE LONDRINA. ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL. ANOS DE 1991, 2000 e 2010

UNIDADE	IDHM		
	1991	2000	2010
PARANÁ	0,507	0,65	0,749
Cambé	0,497	0,661	0,734
Londrina	0,588	0,716	0,778
Ibiporã	0,513	0,640	0,726
Rolândia	0,537	0,659	0,739
Pitangueiras	0,409	0,608	0,710
Tamarana	0,360	0,504	0,621

Fonte: CENSO IBGE - 2010

IDHM-Renda

O rendimento domiciliar pode ser avaliado por meio dos domicílios particulares permanentes. Cambé (em 2010) tinha 27,4% dos domicílios concentrados na faixa de 3 a 5 salários mínimos, seguido (20,3%) pela faixa de 2 a 3 salários. Somente 1,5% estava no estrato mais alto (mais de 20 salários mínimos). A concentração na faixa de 3 a 5 S.M. estava presente também no Paraná (22,6%) e nos demais municípios da Microrregião com uma exceção: o município de Tamarana, que concentrava 32,5% dos domicílios na faixa de renda domiciliar de 1 a 2 S.M.

Em termos históricos, a renda média domiciliar *per capita* de Cambé cresceu 107,08% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 349,31, em 1991, para R\$ 526,73, em 2000, e para R\$ 723,34, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento, nesse período, de 3,91%. Entre 1991 e 2000, essa mesma taxa cresceu 4,67%, e, entre 2000 e 2010, 3,22%; ou seja, houve crescimento, todavia, em taxa menor. É importante destacar que esse período é marcado por crescimento inflacionário e por medidas controladoras.

No entanto, é possível estabelecer quadro comparativo. Conforme Atlas de Desenvolvimento Humano, em 2010, a renda média *per capita* no município de Cambé era 75,8% da renda da Microrregião (R\$ 954,51) e 83% da renda verificada para o estado do Paraná (870,59).

Outra questão importante em relação à renda é a sua apropriação pelas classes sociais. No ano 2000, conforme registros do IBGE, os 20% mais ricos da população cambense se apropriavam de 55,4% da renda; os 20% mais pobres, somente 4,7%. Em 2010, as desigualdades de renda diminuíram. Os 20% mais pobres apropriavam-se de 5,9% da renda; os 20% mais ricos, de 48,5%. Os 40% mais pobres detinham 10,6% da renda, enquanto que, em 2000, eram 8,8% da renda.

**TABELA AR 12. PARANÁ E MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO.
DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES, SEGUNDO AS CLASSES DE
RENDIMENTO MENSAL DOMICILIAR. – 2010**

LOCALIDADE	DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES								TOTAL
	Classe de rendimento mensal domiciliar (salário mínimo)								
	Até 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5 a 10	Mais de 10 a 20	Mais de 20	Sem Rend.	
PARANÁ	296.752	635.369	565.251	744.809	620.777	237.145	109.299	88.892	3.298.294
Mesorregião	51.164	116.666	116.822	160.834	130.734	46.073	19.130	14.421	655.844
Microrregião	15.953	36.754	39.565	56.853	49.649	20.106	8.819	5.662	233.361
Cambé	2.038	5.357	6.158	8.351	6.086	1.319	454	621	30.384
Ibiporã	1.378	2.992	2.936	3.628	2.492	782	250	670	15.128
Londrina	10.401	24.022	26.219	39.079	36.985	16.951	7.607	3.632	164.896
Pitangueiras	70	182	217	257	110	13	3	--	852
Rolândia	1.299	3.004	3.441	4.967	3.692	986	489	546	18.424
Tamarana	767	1.197	594	571	284	55	16	193	3.677

Fonte: IPARDES http://www.ipardes.pr.gov.br/anuario_2015/index.html

**TABELA AR 13. CIDADES PRÓXIMAS A CAMBÉ.
PERCENTUAL DE POPULAÇÃO RESIDENTE EM DOMICÍLIOS PARTICULARES
PERMANENTES, SEGUNDO CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL TOTAL DOMICILIAR PER
CAPITA**

Município	Até 13,7% do S.M.	Até 27,5% do S.M.	Até 50% do S.M
Bela Vista do Paraíso	1,2	6,3	25,8
Cambé	0,9	5,3	23,0
Jataizinho	2,0	10,8	37,5
Londrina	0,8	3,8	16,1
Rolândia	0,5	3,3	17,5
Sertanópolis	0,8	3,5	20,3

S.M = Salário Mínimo – R\$ 510,00

**TABELA AR 14. CAMBÉ. DISTRIBUIÇÃO DA RENDA POR QUINTOS DA POPULAÇÃO
(RENDA DOMICILIAR PER CAPITA). ANOS 1991/2000/2010**

ÍNDICE	% DE APROPRIAÇÃO DA RENDA		
	1991	2000	2010
20% mais pobres	5,4	4,7	5,9
40% mais pobres	9,3	8,8	10,6
60% mais pobres	13,7	12,6	14,8
80% mais pobres	20,3	18,5	20,5
20% mais ricos	51,3	55,4	48,5
10% mais ricos	36,01	40,38	33,86

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano

TABELA AR 15. CAMBÉ. RENDA PER CAPITA MÉDIA, SEGUNDO QUINTIS

INDICADOR	20% mais pobres	40% mais pobres	60% mais pobres	80% mais pobres	10% mais ricos	20% mais ricos
Renda <i>per capita</i> média (R\$)	215,14	381,89	527,16	739,87	2.449,4	1.753,14
Renda <i>per capita</i> máxima (R\$)	300,0	463,67	604,0	900,0		2.449,4

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

TABELA AR 16. CAMBÉ. RENDA, POBREZA E DESIGUALDADE, 1991/2000/2010

Renda, Pobreza e Desigualdade	1991	2000	2010
Renda <i>per capita</i>	349,31	526,73	723,34
% de extremamente pobres ⁴	4,74	1,99	0,77
% de pobres ⁵	21,87	11,82	3,10
% de vulneráveis à pobreza ⁶	53,58	35,07	13,87
Índice de Gini ⁷	0,45	0,49	0,42
Valor da renda <i>per capita</i> da população extremamente pobre (R\$)	53,35	49,48	34,4
Valor da renda <i>per capita</i> da população pobre (R\$)	97,93	98,14	91,12
Valor da renda <i>per capita</i> da população vulnerável à pobreza (R\$)	152,77	164,21	185,87

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

- a) **Proporção de extremamente pobres em Cambé:** ela diminuiu de 1,99%, em 2000, para 0,77%, em 2010. Nessa categoria, o valor da renda média *per capita*, em 2010, era de, apenas, R\$ 37,4.
- b) **Proporção de pobres:** A proporção de pobres passou de 21,87%, em 1991, para 11,82%, em 2000, e 3,10%, em 2010. O valor da renda média *per capita*, em 2010, era de R\$ 91,12.

⁴ Proporção de extremamente pobres: Proporção dos indivíduos com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R\$ 70,00 mensais (13,7% do salário mínimo), em reais de agosto de 2010. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares.

⁵ Proporção dos indivíduos com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R\$ 140,00 mensais (27,5% do salário mínimo), em reais de agosto de 2010. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

⁶ Proporção dos indivíduos com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R\$ 255,00 mensais (50% do salário mínimo), em reais de agosto de 2010, equivalente a 1/2 salário mínimo nessa data. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

⁷ Mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita*. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade (a renda domiciliar *per capita* de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda). O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.



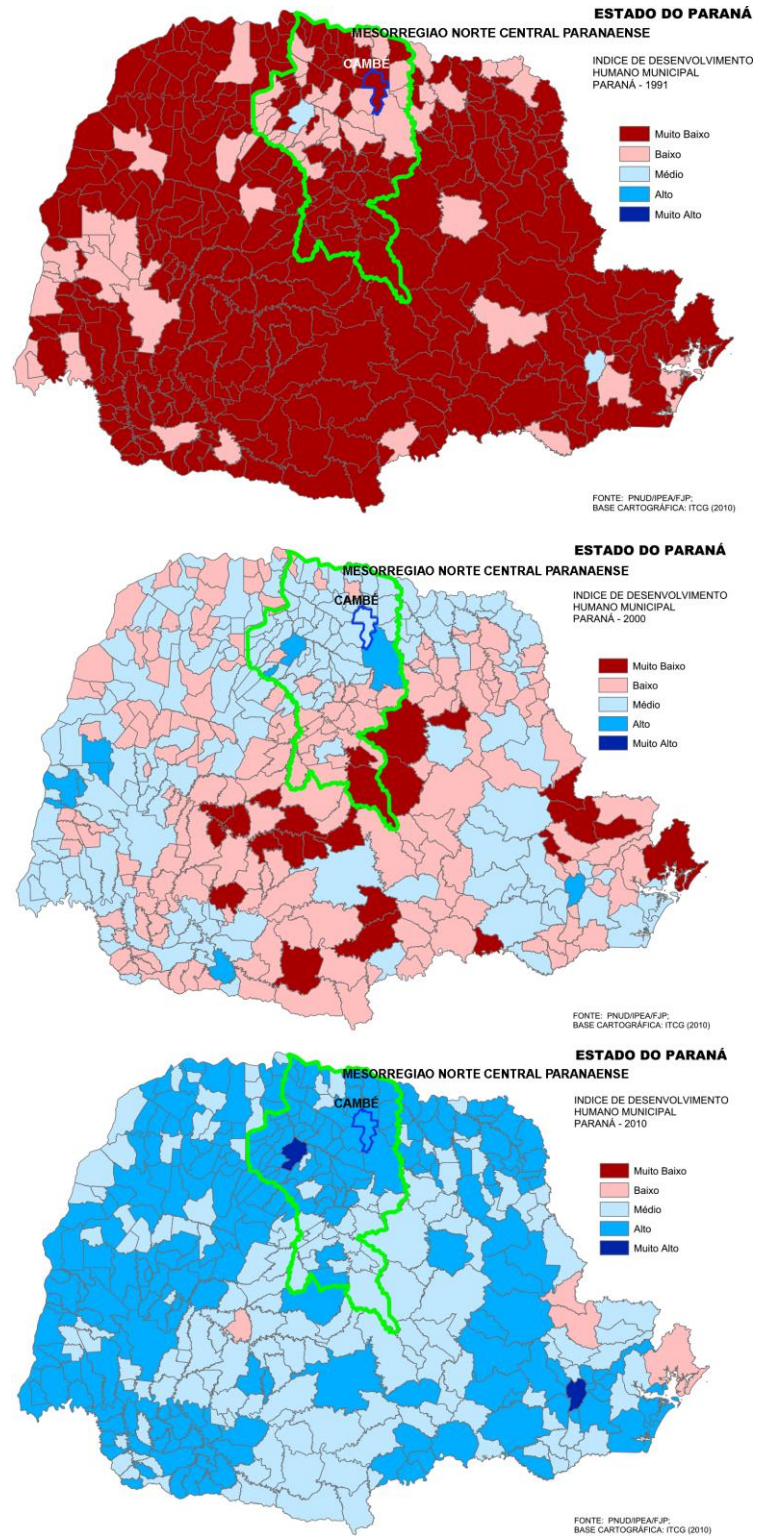
- c) **Proporção de vulneráveis à pobreza:** o percentual de vulneráveis à pobreza, entre 2000 e 2010, diminuiu de 35,07 para 13,87%. O valor da renda média per capita, em 2010, era de R\$ 185,87
- d) **Índice de Gini:** O Índice de Gini subiu de 0,45, em 1991, para 0,49, em 2000, recuando para 0,42 em 2010.

IDHM-Longevidade, mortalidade e fecundidade

A Esperança de Vida ao Nascer é um dos indicadores utilizado para compor a dimensão Longevidade no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). No município, ela cresceu 2,6 anos na última década, passando de 72,9 anos, em 2000, para 75,4 anos, em 2010. Em 1991, era de 67,2 anos. No Brasil, a Esperança de Vida ao Nascer é de 73,9 anos, em 2010, de 68,6 anos, em 2000, e de 64,7 anos em 1991.

A Mortalidade Infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano de idade) no município passou de 21 óbitos/1000 nascidos vivos, em 2000, para 12,4 óbitos/1000 nascidos vivos, em 2010. Em 1991, a taxa era de 32,6. No Paraná, a taxa era de 13,1, em 2010, de 20,3, em 2000 e 38,7, em 1991. Entre 2000 e 2010, a Taxa de Mortalidade Infantil no país caiu de 30,6 óbitos/1000 nascidos vivos para 16,7 óbitos/1000 nascidos vivos. Em 1991, essa taxa era de 44,7 óbitos/1000 nascidos vivos.

FIGURA AR 13. MESORREGIÃO NORTE CENTRAL PARANAENSE. ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL. 1991, 2000 e 2010





CAMBÉ E A REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA

Interligando as cidades de Londrina e Maringá, polos regionais do Norte Paranaense, estão a linha ferroviária da Rumo Logística e a rodovia BR 369 (paralelas e muito próximas). Disposto no eixo rodoferroviário há um conjunto de aglomerados urbanos, muitos deles conurbados, que caracterizaram, no passado, o Eixo Metronor – Metrópole Linear Norte do Paraná. Em verdade, hoje, o Eixo Metronor deve ser compreendido entre os municípios de Jataizinho e Paiçandu, um aglomerado ao longo da BR-369 com cerca de 150 km, onde se observa um contínuo processo de urbanização. Em 2010, os 14 municípios desse eixo totalizavam 1,507 mil habitantes. Londrina e Maringá polarizam não só os municípios que compõem o Eixo Metronor como o restante da região norte paranaense.

Os efeitos dessa polarização culminaram na criação das Regiões Metropolitanas de Londrina e Maringá, institucionalizada por meio da Lei Complementar à Constituição Estadual, nº. 81, de 17 de junho de 1998. No mês seguinte, em 17 de julho de 1998, por meio da Lei Complementar de nº. 253, foi criada a Região Metropolitana de Maringá. Atualmente, a primeira totaliza 25 municípios⁸ e 1.067.214 habitantes, de acordo com a estimativa do IBGE para 2014; a segunda, 26 municípios⁹, com 764.906 habitantes.

Sendo Londrina o polo regional, Cambé mantém relações de dependência com esse município. A pouca distância, acesso por rodovia pavimentada e boas conexões telefônicas facilitam os relacionamentos de negócios e a obtenção de serviços especializados em áreas como educação e saúde, por exemplo. Grandes equipamentos públicos e privados, tais como aeroporto, hospitais, *shopping centers* e sedes de regionais de empresas estatais em Londrina têm atendido à população de Cambé.

Entre os municípios da Região Metropolitana de Londrina, para a década 2000/2010, Cambé registra o terceiro maior índice de crescimento negativo da população rural (-4,90%). A tendência de esvaziamento do campo persiste nos municípios da R.M.L. desde a década de 1970. Os dois municípios a registrar crescimento positivo na população rural foram Tamarana e Alvorada do Sul.

Por sua vez, a tendência de crescimento na população urbana ainda se mantém na maioria dos municípios da Região Metropolitana de Londrina, um processo que dura mais de sete décadas. Prado Ferreira é o município que detém a maior taxa de crescimento urbano no período 2000/2010: 2,43%. Porecatu, Rancho Alegre e Sertaneja tiveram crescimento negativo da população urbana. Cambé, com 1,27% é o 11º colocado.

⁸ Londrina, Pitangueiras, Ibiporã, Cambé, Bela Vista do Paraíso, Primeiro de Maio, Rolândia, Sabáudia, Sertanópolis, Tamarana, Porecatu, Assaí, Jataizinho, Alvorada do Sul, Jaguapitã, Florestópolis, Arapongas, Centenário do Sul, Guaraci, Lupionópolis, Prado Ferreira, Miraselva, Rancho Alegre, Sertaneja e Uraí.

⁹ Maringá, Sarandi, Marialva, Mandaguari, Paiçandu, Ângulo, Iguaraçu, Mandaguaçu, Floresta, Doutor Camargo, Itambé, Astorga, Ivatuba, Bom Sucesso, Jandaia do Sul, Cambira, Presidente Castelo Branco, Flórida, Santa Fé, Lobato, Munhoz de Mello, Florai, Atalaia, São Jorge do Ivaí, Ourizona e Nova Esperança.

O grau de urbanização de Cambé, desde a década de 1970, tem se mantido crescente, assim como o do estado do Paraná. No entanto, os valores verificados no município são superiores ao do Paraná, especialmente em 2010 quando o IBGE demonstrou que Cambé detinha 96% de sua população em áreas urbanas enquanto o Estado mantinha 85,3%

TABELA AR 17. PARANÁ E MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA. TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO POPULACIONAL 1991/2000 E 2000/2010

MUNICÍPIOS	GRAU URBANIZAÇÃO 2010 (%)	TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO POPULACIONAL (%)					
		URBANA		RURAL		TOTAL	
		1991/2000	2000/2010	1991/2000	2000/2010	1991/2000	2000/2010
Alvorada do Sul	71.4	1.92	0.45	-5.66	2.78	-0.51	1.06
Arapongas	97.8	3.53	2.22	-2.43	-4.49	3.19	2.00
Assaí	83.1	0.47	0.05	-5.30	-4.81	-1.33	-0.98
Bela Vista do Paraíso	94.1	0.66	0.24	-5.97	-2.78	-0.05	0.03
Cambé	96.1	2.31	1.27	-1.31	-4.89	2.01	0.93
Centenário do Sul	83.4	-0.88	0.10	-5.52	-3.24	-2.09	-0.54
Florestópolis	94.0	2.05	0.29	-6.20	-10.03	0.18	-0.82
Guaraci	80.4	-0.71	0.98	-3.25	-0.77	-1.34	0.61
Ibiporã	95.2	2.75	1.60	-4.26	-2.65	2.05	1.35
Jaguapitã	84.9	1.76	1.74	-3.91	-1.74	0.33	1.12
Jataizinho	93.1	2.35	0.69	-7.57	-2.04	0.93	0.47
Londrina	97.4	2.02	1.31	-3.85	-0.38	1.78	1.26
Lupionópolis	88.8	-0.38	1.38	-0.20	-3.95	-0.35	0.61
Miraselva	76.8	1.06	0.91	-2.94	-4.08	-0.46	-0.52
Pitangueiras	72.5	3.58	2.20	-3.76	-0.04	0.60	1.53
Porecatu	80.6	0.38	-0.78	-4.19	-2.42	-0.83	-1.12
Prado Ferreira	87.8	2.54	2.43	-6.23	-6.04	-0.45	0.86
Primeiro de Maio	93.1	-0.05	0.36	-8.16	-2.85	-1.17	0.10
Rancho Alegre	87.7	0.76	-0.06	-6.13	-3.69	-0.80	-0.59
Rolândia	94.6	3.08	2.06	-4.84	-1.98	1.59	0.61
Sabáudia	83.6	3.46	2.36	-5.65	-3.16	0.25	1.20
Sertaneja	87.7	1.30	-0.70	-6.08	-3.76	-0.32	-1.14
Sertanópolis	87.7	2.64	0.84	-5.72	-2.72	0.65	0.32
Tamarana	47.8	1.31	2.19	2.55	2.52	1.93	2.36
Uraí	81.6	-0.04	0.21	-4.53	-2.47	-1.26	-0.35
Paraná	85.3	2.59	1.36	-2.61	-1.48	1.40	0.89

FONTE: IBGE/Sidra (IPARDES)

TABELA AR 18. MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA POPULAÇÃO. 2000 E 2010

MUNICÍPIO	População Urbana		População Rural		População Total	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Alvorada do Sul	7.015	7.338	2.238	2.945	9.253	10.283
Arapongas	81.790	101.851	3.638	2.299	85.428	104.150
Assaí	13.517	13.587	4.528	2.767	18.045	16.354
Bela Vista do Paraíso	13.860	14.196	1.171	883	15.031	15.079
Cambé	81.942	92.952	6.244	3.781	88.186	96.733
Centenário do Sul	9.237	9.334	2.580	1.856	11.817	11.190
Florestópolis	10.238	10.544	1.952	678	12.190	11.222
Guaraci	3.809	4.200	1.110	1.027	4.919	5.227
Ibiporã	39.141	45.895	3.012	2.303	42.153	48.198
Jaguapitã	8.733	10.380	2.199	1.845	10.932	12.225
Jataizinho	10.317	11.053	1.010	822	11.327	11.875
Londrina	433.369	493.520	13.696	13.181	447.065	506.701
Lupionópolis	3.555	4.079	768	513	4.323	4.592
Miraselva	1.306	1.430	655	432	1.961	1.862
Pitangueiras	1.641	2.040	777	774	2.418	2.814
Porecatu	12.372	11.442	3.509	2.747	15.881	14.189
Prado Ferreira	2.371	3.015	781	419	3.152	3.434
Primeiro de Maio	9.728	10.083	1.000	749	10.728	10.832
Rancho Alegre	3.491	3.470	706	485	4.197	3.955
Rolândia	44.650	54.749	4.760	3.113	49.410	57.862
Sabáudia	4.036	5.097	1.377	999	5.413	6.096
Sertaneja	1.045	5.105	5.476	712	6.521	5.817
Sertanópolis	12.609	13.711	2.538	1.927	15.147	15.638
Tamarana	4.719	5.858	4.994	6.404	9.713	12.262
Uraí	9.162	9.358	2.714	2.114	11.876	11.472
Total	670.867	944.287	45.191	55.775	718.058	1.000.062

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 2000 e 2010



Cambé tem algumas comunidades rurais. Na porção sul do município estão as comunidades do Caramuru, Bratislava, Lorena e Saltinho, próximas dos loteamentos de chácaras de recreio. A comunidade Bratislava foi incorporada à área urbana pelo Plano Diretor de Desenvolvimento (2008). No local há uma igreja em madeira e um barracão para festas.

Na comunidade Lorena há poucas famílias, uma igreja, o Kaikan, um campo de futebol e construções em madeira sem uso.

Na porção ao norte do distrito sede, na estrada da Prata, estão localizadas as construções da comunidade do Km 9 (igreja e a escola), a Vila Rural João Inocente (37 famílias, construída em 1997). Mais adiante, está o distrito Prata, atualmente sem moradores em área urbana.



CONDICIONANTES / DEFICIÊNCIAS / POTENCIALIDADES – ASPECTOS REGIONAIS

CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
Município e sua localização		<ul style="list-style-type: none">• Inserção do município na região socioeconômica• Ligações rodoviárias e aéreas• Região com bons níveis de desenvolvimento